

Uma utopia do possível

por João Martins Pereira

CONTRA OS TECNOCRATAS

Por

Henri Lefevre

Moraes Editores

Lisboa 1968

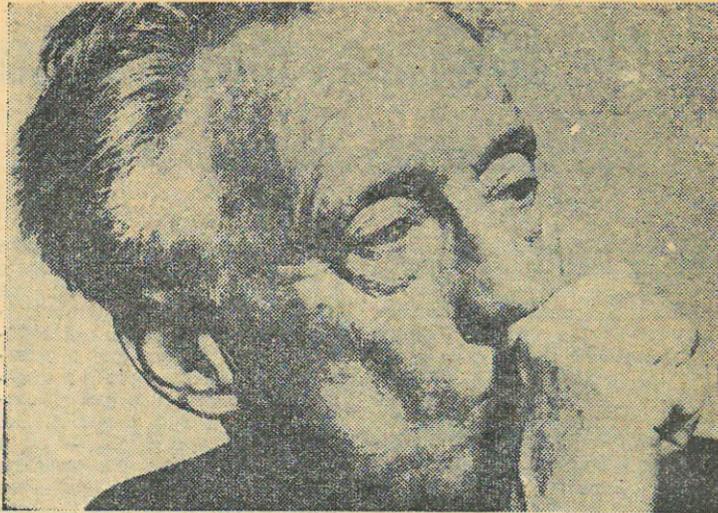
ENCONTRAMO-NOS num certo espaço e num certo tempo. Num espaço e num tempo (histórico) que, em toda a lógica, não deveriam trazer os problemas da tecnocracia a lugar cimeiro das nossas preocupações. Sucede, porém, que a sociedade portuguesa tem vindo a acumular sucessivas camadas de «modernidade» ao longo dos séculos, os quais, á falta de uma autêntica tomada de consciência de si própria, levaram a produzir-se fenómenos político-sociais que qualquer lógica recusa. A importação de ideologias (em todas as suas formas: políticas, jurídicas, culturais) tem em geral precedido as condições que normalmente teriam justificado o seu aparecimento entre nós. Mas acompanhando a dinâmica social a cadência a que sectores universitários vão efectuando essas importações, tem-se vindo a dar um processo de sobreposição por vezes desconcertante. Um sociólogo, em face da sociedade portuguesa, olhar-se-ia numa situação semelhante á de um geólogo ou arqueólogo diante de um corte numa rocha sedimentar, onde pode facilmente identificar séculos de pré-história da humanidade. Mais do que dualista, a sociedade portuguesa é sedimentar (o que convém não confundir com a noção corrente de estratificação social). Detectar o «centro da gravidade» dessas camadas e fazê-lo coincidir com o tempo histórico, tarefa

essencial, não dispensa que nos preocupemos com o que se passa nas camadas superiores, já que são elas que nos têm feito a história.

Assim é que também já temos os nossos tecnocratas. Isso talvez não justificasse que abrissemos o livro de Lefevre com mais do que um interesse puramente informativo, se ele correspondesse ao seu título de choque. Contra os tecnocratas? Mas, no fim de contas, «aqueles que têm o nome de tecnocratas (...) não mandam; só dispõem de um poder de decisão limitado», «o poder impõe aos tecnocratas á sua disposição as opções decisivas», a tecnocracia sugere de si uma imagem que não é mais do que «a sua justificação, a tecnocracia sugere de si uma imagem que não é mais do que a sua incapacidade, o seu contributo real para a acção do poder». E isso traz como consequência que através das críticas de que se torna alvo, seja a própria técnica «que se torna suspeita». Na realidade o perigo, para Lefevre, não está precisamente nos tecnocratas, mas antes nessa espécie, já em desenvolvimento, a que chama de cibernantropo. O cibernantropo é afinal o indivíduo-tipo que contém e propaga aquilo a que poderíamos chamar o «espírito de tecnocracia», no sentido em que Weber falou do «espírito do capitalismo». O cibernantropo é o homem da comunicação sem resíduo, do equilíbrio e da eficiência, o homem que define tudo em termos de necessidades, cada uma das quais poderá ser satisfeita por um certo «consumo» (por oposição a esse produto da subjectividade que são os desejos, imprecisos e indefiníveis, que abomina e teme), o homem que só admite o espontâneo dentro de um programa pre-

fixado e que, portanto, faz do autómato o seu ideal. O autómato está isento de todas as «imperfeições» humanas: o desejo, a dúvida, a angústia, a contradição, a faculdade de criar, inovar, imaginar. Diz Lefevre, e com plena razão, que «seria ingenuidade julgar que se encontram menos cibernantropos na grande burguesia que na pequena (ou inversamente), nas mulheres que nos homens, nas pessoas pouco qualificadas que nos técnicos e tecnocratas, nos artistas e nos escritores que nos incultos e atrasados mentais». E também nos países subdesenvolvidos menos que nos países industrializados. Cibernantropos existem «por toda a parte onde existem modelos, *patterns*, estereótipos, protótipos, genótipos, estatutos, papéis, mimesis, funções, estruturas, ou seja, por toda a parte».

A dialéctica obra - instituição constitui talvez o objecto de análise de maior interesse no livro de Lefevre, se bem que não traga nada de muito original. Para ele, de resto, a problemática fundamental da «sociedade burocrática de consumo dirigido» (como designa a sociedade habitualmente dita de consumo ou de abundância) situa-se ao nível do quotidiano, hoje organizado e institucionalizado, apropriado do seu conteúdo, e que se impõe tornar «obra». O programa que propõe consiste simplesmente em reinventar o quotidiano, em criar a nova cidade. «Temos de inventar a cidade lúdica de que Las Vegas só oferece uma ignóbil caricatura»: Utopia? «A partir do momento em que há movimento, há utopia. Como poderia um movimento real, social e político deixar de propor, no caminho que conduz ao



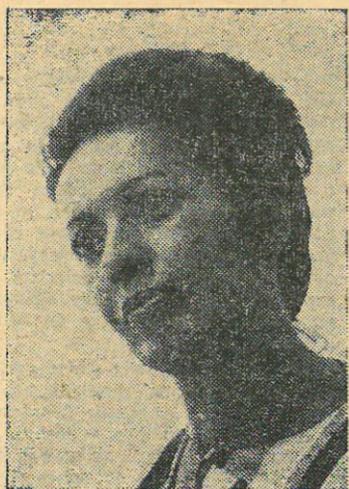
Henri Lefevre: contra os cibernantropos

possível, as suas representações do possível e do impossível?» A estratégia de um socialismo reformulado passaria então pela apropriação da utopia, nova racionalidade se for proposta em termos de conquista do possível (e dos meios de acção para o atingir). É neste sentido que é necessário que a técnica não se torne suspeita, pois é ela, e não os sinais por que hoje se manifesta na vida quotidiana, que tem de ser investida na nova cidade. As massas, que vivem religiosamente a aventura cósmica, e se contentam com os «sofres de técnica» (sob a forma de *gadgets*) estão ainda a tempo de se libertar.

Esta, em traços largos, a construção teórica de Lefevre. Onde buscar aliados para o seu programa? Ele próprio vai enumerando: o surrealismo tornou-se instituição, a psicanálise ideológica, o existencialismo-marxismo, apesar das suas virtualidades nunca deixou de ser mais uma filosofia especulativa, as ciências sociais (mais a psicossociologia, que a sociologia) tendem a tornar-se a grande escola do conformismo ao definir «os que se desviam e os desvios, as disfunções, o anormal e a anomalia, e a *recuperá-los*». Até aqui, portanto, só procurou o autor confundir intelectuais.

Quase desiludido, acaba por concluir que «só os grupos de base são agentes do possível», mas não os grupos artificiais de que a dinâmica de grupos quer tirar mais do que lhe seria lícito. A nova democracia terá de ser baseada na autogestão. Ou seja, a laboriosa argumentação de Lefevre vem a terminar, reunidos os elementos anteriores, na proposição de que a autogestão é possível... Que adiantamos? Parece que pouco. Para isso não teria valido a pena imiscuirmo-nos na feroz crítica que faz aos estruturalistas (se bem que certas análises sobre a metalinguagem e o novo eleatismo, por exemplo, tenham incontestável interesse), e que, afinal de contas, constitui a maior parte do livro. Parece-nos que nem sequer valeria a pena referirmo-nos a ela, pois quando Lefevre pergunta: «e se o estruturalismo (cuja ressonância é preciso não exagerar: limita-se a um punhado de intelectuais que se julgam «avançados») não passasse de um episódio da França bizantina?», com mais forte razão poderíamos sugerir uma dúvida paralela para o meio em que nos movemos. De contrário estaríamos talvez a contribuir para dar vigor a uma importação mais, a tornar ainda mais confuso o que já não o é pouco.

Mini-romance



A FRANCESA

Por

Nita Climaco

Edição da autora

Lisboa-Paris, 1968

São dois «mini-romances» duma autora que de 1964 para cá apresenta um romance por ano: «Falsos Preconceitos», «Pigalle», «O Adolescente» e «A Salto». Com «A Francesa» e «Encontros», as duas peças que constituem o volume de 1968, Nita Climaco deve prolongar a problemática tratada no volume de 1967, o tal «A Salto» que não lemos mas

que Júlio Conrado (in *O Século*) diz constituir «sangrento e verídico libelo contra a emigração portuguesa para França».

De facto, o mini-romance que dá o título ao volume-68, narra a triste aventura de um casal de pequenos burgueses em Paris: Peques e Laura buscam melhor fortuna mas acabam na sofrida condição de empregados domésticos de uma condessa sem escrúpulos, pelo que regressam à terra-mãe com a lição aprendida.

«Encontros» é um pouco mais original: Nita Climaco traça o itinerário de um tal Chico, cançonetista algarvio, que na capital francesa se torna por breve tempo no artista Francisco Serrano, peça allás de mínima importância na engrenagem do *show-business* parisiense; perdas as ilusões, Serrano volta a ser o Chico dos bons velhos tempos, servindo bebidas e gargarejando a «Granada» num restaurante típico (à portuguesa) que entretanto abre com a mulher (ex-cabeleireira tornada fadista e proprietária) nos arredores de Paris.

As duas narrativas, se interessantes na tentativa de captar alguns mini-episódios de um drama social de maior amplitude, pecam por uma linguagem eivada de lugares-comuns e de considerandos marginais.

R. S.

lhões de dólares; em seis anos o mesmo Sindicato atingiu a cifra colossal de 3754 milhões!); daí a meticulosa divisão em zonas territoriais, a investidura de poderes solenemente decidida em banquetes e reuniões sociais das várias mafias, a «protecção» comercial forçada e a compra de magistrados, agentes da lei e entidades municipais. Ao historiar a íntima cooperação entre *gangsters* e políticos corruptos, Allsop acaba por fornecer elementos importantíssimos para a compreensão global do papel da violência na sociedade estado-unidense — trabalho incisivo e impiedoso, porém mais convincente e sobretudo mais compreensivo sob o ponto de vista humano que o de Estes Kefauver, até agora a bíblia do assunto.

O CREPÚSCULO

«Mesmo antes da crise (de 1929), alguns economistas encararam cépticamente a prosperidade dos anos vinte. Superprodução, lenta subida dos salários, queda dos preços, já se evidenciavam no começo de 1926. Os preços dos títulos de crédito aumentavam vertiginosamente (recordava-se nostálgicamente o tempo em que as acções R. C. A. estavam a 549) mas os poucos economistas que pediam cautela eram mandados calar. Wall Street entrou em declínio, lentamente, a par-

tir de Outubro e, a 24, o pânico eclodiu. Dezasseis milhões de acções mudaram de mãos, os títulos de cinquenta das mais importantes companhias caíram quarenta pontos num dia, milhares de grandes e pequenos investidores ficaram arruinados, acções bem conhecidas foram vendidas a um dólar». (*História dos Estados Unidos*).

A queda de Wall Street marca igualmente o declínio do império dos *gangsters*, começado a esboçar-se com a eleição de Herbert Hoover á presidência e a nomeação de outro Hoover (Edgard J.) para a chefia do F. B. I.

«*Boottleggers*», «*hijackers*», «*racketters*», «*kidnappers*», «*gunmen*», todos os «caids» do submundo do crime, gorilas tatuados, enfeitados de anéis monumentais, gravatas espampnantes, camisas de seda, suspensórios pintados á mão, polainitas e charutos, tombam sob a metralha dos *G Men*, posam algemados para a posteridade, dispersam-se, empenham as metralhadoras e os pistóloes, vendem os *Ford* e os *Cadillac* blindados, «prostituem-se» em miseráveis golpes de mão.

O clarinete de Mezz Mezzrow geme mais tristemente «The curse of an aching heart».

É o crepusculo dos deuses da noite.

Mas seria o fim?

VITOR SILVA TAVARES

URBANO TAVARES RODRIGUES

«um dos escritores portugueses que mais reptos lança aos leitores para que o compreendam», diz OSCAR LOPES, acaba de publicar

TEMPO DE CINZAS

ensaios • notas de viagem • páginas de diário • novelas inacabadas • entrevistas — um dos livros mais originais do autor de «Realismo, Arte de Vanguarda»

Col. «SUCESSOS LITERÁRIOS»

35580

EDITORA ULISSEIA